

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Julgamentos no TSE e TCU aumentam risco de cassação de Dilma

Depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter mantido o julgamento das contas do governo para esta quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu outro revés político. No início da noite de ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu reabrir uma das ações propostas pelo PSDB que pedem a cassação dos mandatos de Dilma e de seu vice, Michel Temer (PMDB). É a primeira vez que a corte eleitoral abre uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (Aime) contra um presidente. Na tentativa de barrar uma das frentes, a Advocacia Geral da União recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o julgamento no TCU.

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

TSE reabre ação que pede cassação de Dilma e Temer

É a 1ª vez que a Corte abre uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo contra um presidente

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou na terça-feira (6) a reabertura de uma das ações propostas pelo PSDB que pede a cassação dos mandatos da presidente Dilma Rousseff (PT) e do vice, Michel Temer (PMDB).

Agora, os ministros discutem se o processo vai andar em conjunto com outros dois pedidos de perda do mandato e mais um de multa para Dilma e Temer, também apresentados pelo PSDB. Outra questão é qual ministro ficará com a relatoria.

Com a decisão de reabrir o caso, Dilma e Temer terão de apresentar defesa ao TSE. É a primeira vez que a Corte abre uma Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (Aime) contra um presidente.

O PSDB quer que o TSE apure denúncias de abuso de poder econômico e político e suspeitas de que recursos desviados da Petrobras tenham ajudado a financiar a reeleição. O PT ressalta que não houve irregularidade e que as

contas foram aprovadas pelo TSE em dezembro de 2014.

A maioria para a retomada da investigação já estava formada desde 25 de agosto, quando os ministros Luiz Fux e Henrique Neves votaram pela investigação de irregularidades na campanha. Eles acompanharam Gilmar Mendes e João Otávio de Noronha.

Nasessão da terça (6), o presidente do TSE, Dias Toffoli, também votou pela apuração, sem fazer considerações. Já a ministra Luciana Lóssio, que havia pedido vista e interrompido o julgamento, votou pelo arquivamento. Ela se alinhou com a ministra Maria Thereza de Assis de Moura, que havia rejeitado o pedido do PSDB para investigar em uma decisão individual.

Luciana Lóssio fez um longo voto defendendo que não há elementos que justificasse a apuração. A ministra afirmou que uma ação eleitoral não pode durar por mais de um ano na Justiça Eleitoral para não ferir a estabilidade necessária para o governante administrar, sendo "preciso por fim às disputas já que as eleições têm no máximo dois turnos". Ela afirmou ainda que o PSDB tentou transferir para a Corte eleitoral uma eventual apuração sobre uma possível ligação de Dilma e Temer com a Lava Jato.

"Se os órgãos envolvidos com as investigações dos fatos com acervo probatório não se convenceram de justa causa para investigar [Dilma e Temer], como imaginar fazer isso na presente ação?", questionou.

Após a definição do resultado, a ministra Maria Thereza apresentou questão de ordem colocando que não deveria ficar com ela a relatoria, uma vez que votou contra a abertura da apuração. Assim, o ministro Gilmar Mendes poderia concentrar os processos, já que ele foi quem puxou a divergência. Dias Toffoli afirmou que cabe a ele bater o martelo sobre a relatoria.

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

STF nega pedido para tirar de Moro investigações da OAS

■ O Supremo Tribunal Federal (STF) negou na terça-feira (6) um pedido da defesa de executivos da empreiteira OAS para que o tribunal tirasse das mãos do juiz federal no Paraná Sergio Moro investigações do esquema de corrupção da Petrobras referentes à atuação deles.

A decisão foi tomada pela segunda turma do tribunal e confirmou entendimento do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF.

A OAS alegava que os fatos investigados por Sergio Moro apontando a existência de um cartel já eram alvos de análise em inquérito aberto no STF para investigar a atuação de uma organização criminosa que desviou recursos da estatal e, portanto, haveria usurpação de competência do STF. A empreiteira requeria que o caso ficasse sob os cuidados do Supremo.

Zavascki argumentou que o STF, no início das investigações, fez uma divisão do processo, estabelecendo que fatos do esquema de corrupção da Petrobras que não tivessem relação com parlamentares seriam concentrados pela Justiça do Paraná.

Em agosto, a Justiça Federal no Paraná condenou cinco executivos da empreiteira OAS por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. Eles deverão cumprir pena de até 16 anos de reclusão.

Entre os condenados estão o presidente da empresa, José Aldemário Pinheiro Filho — o Leo Pinheiro — e Agenor Franklin Magalhães Medeiros, que era diretor da área internacional da OAS. Os desvios cometidos pela OAS chegaram a cerca de R\$ 30 milhões, sustenta o Ministério Público.

GESTÃO LULA

As trocas de e-mails do maior empreiteiro do país, Marcelo Odebrecht, e seus executivos durante os governos de Lula (2003/2010) revelam os contatos com o primeiro escalão do presidente petista nas tratativas de negócios internacionais da empreiteira e até mesmo em suas desavenças em outros países, como no Equador. Para a empreiteira, os trechos registram uma atuação 'institucional legítima e natural'.

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Julgamento de Clayton Camargo não entra na pauta do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve fora na pauta de terça-feira (6) o julgamento do procedimento administrativo disciplinar (PAD) contra o desembargador Clayton Camargo, do Tribunal de Justiça do Paraná. O processo foi aberto em outubro de 2013, por decisão unânime dos conselheiros, com base em suspeitas de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários. O último prazo para a conclusão do caso expirou na semana passada e, de acordo com a assessoria do órgão, a apuração está concluída – falta uma decisão do plenário, que se reúne novamente no próximo dia 27. Na época da abertura do PAD, Camargo era presidente do TJ-PR e havia sido afastado do cargo devido às acusações, que são amparadas por inquéritos que tramitam em sigilo no Superior Tribunal de Justiça. O relator do processo, Paulo Teixeira, deixou o conselho no dia 26 de agosto. O advogado Norberto Campelo assumiu a vaga há duas semanas e ficou com os casos abertos. Camargo foi reconduzido às funções de desembargador em 30 de junho.

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Justiça manda grevistas liberarem acesso à Itaipu

Depois de 20 dias de greve, os funcionários da Itaipu Binacional sofreram uma derrota importante na Justiça. A juíza Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira, da 2.ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, concedeu nesta terça-feira (6) uma liminar garante o livre acesso de todos os empregados que queiram trabalhar aos seus postos na usina. Com o deferimento judicial do pedido de interdito proibitório, a direção de Itaipu informou que começará a descontar os dias não trabalhados.

Os eletricitários da margem brasileira da binacional estão de braços cruzados desde 16 de setembro. Eles reivindicam, principalmente, equiparação salarial com os empregados do lado paraguaio da binacional, que, segundo os sindicatos da categoria, recebem remunerações melhores.

O movimento grevista chegou a um impasse na última quinta-feira (1º), quando uma reunião de mediação no Ministério Público do Trabalho, em Curitiba, terminou sem acordo. Apesar de Itaipu ter melhorado a sua proposta, os sindicatos consideraram que ela não mexia na estrutura da tabela de modo a buscar o equilíbrio entre os salários de brasileiros e paraguaios.

Turismo

Enquanto a situação não se resolve, a greve prejudica o setor turístico. As visitas na usina estão suspensas desde o início da paralisação, o que tem frustrado visitantes que vem de longe e causado prejuízo financeiro a operadores de turismo.

A empresa esclarece que o movimento não tem afetado a geração de energia.

MENSALÃO Pressão faz Itália adiar extradição de Pizzolato

No dia em que a Corte Europeia de Direitos Humanos rejeitou o último recurso do paranaense Henrique Pizzolato, o ministro da Justiça da Itália, Andrea Orlando, comunicou o adiamento da extradição do petista por 15 dias. Pizzolato foi condenado no processo do mensalão. O novo adiamento foi comunicado ao Brasil através do canal Interpol na véspera da operação montada pela Polícia Federal para trazer o ex-diretor do Banco do Brasil de volta ao país. Uma equipe de policiais já estava na Itália para trazer Pizzolato de volta. A reviravolta do caso se deve à pressão política. Um grupo de senadores do Partido Democrático (centro-esquerda), o mesmo do premiê Matteo Renzi, ingressou com requerimento cobrando explicações de Orlando. A decisão deve ser comunicada oficialmente a diplomatas brasileiros nesta quarta-feira (7). O adiamento acontece um dia após o ministro Orlando declarar a jornalistas italianos que não via possibilidade de uma mudança no curso da extradição do petista, que foi esgotada em todas as instâncias judiciais do país.

BESSA

Moro vira comendador

O juiz federal Sergio Moro foi a personalidade escolhida para receber a Comenda Barão do Sero Azul 2015, concedida pela Associação Comercial do Paraná. A cerimônia de outorga será no dia 19 de outubro durante jantar no Graciosa Country Club.

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Presídios do PR

seguem problemáticos

Ainda faltam agentes penitenciários e vagas para presos. “Pacotão” de medidas lançado em 2014 não se concretizou

Rodrigo Batista

! Cerca de um ano depois de o governo do estado estabelecer um “pacotão” de medidas para conter a onda de rebeliões que atingiu os presídios do Paraná em 2014, o Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen-PR) ainda busca saídas para resolver problemas crônicos nas penitenciárias. As obras para construção, reforma e ampliação de presídios estão paradas. Não há solução técnica para o bloqueio de sinal de celulares nos complexos penais e o número de agentes penitenciários está aquém do necessário. A rebelião que estourou na terça-feira (6) em Londrina (leia mais nesta página) é também consequência disso tudo.

O pacotão lançado em outubro de 2014 envolvia o bloqueio de celulares, o fim das transferências de presos rebelados — já que essa é sempre a principal motivação dos motins — e a implantação de medidas para trazer mais segurança aos agentes penitenciários. Paralelamente, caminhavam as obras de ampliação do sistema penal e a possibilidade de contrata-

ção de mais agentes, sob a cobrança do sindicato da categoria (Sindarspen).

De lá para cá, o número de motins — que chegou a 23 naquele ano — diminuiu, mas o conjunto de medidas não se concretizou. O déficit de 1.197 vagas existente no fim de 2014 saltou para 1.461 vagas em setembro deste ano.

O bloqueio de celulares nas cadeias ainda depende de questões técnicas. “O bloqueio de área exige uma tecnologia que a maioria das nossas concessionárias [de telefonia] não tem”, diz o diretor do Depen-PR, Luiz Alberto Cartaxo Moura. Em resumo, seria preciso um sistema que bloqueasse o sinal para os presos, mas permitisse que os funcionários do presídio e os moradores da região pudessem se comunicar normalmente. Só em 2014 mais de 4,6 mil celulares foram apreendidos com os detentos do estado. Daí a importância do bloqueio de sinal, na falta de sistemas mais eficazes para impedir a entrada de aparelhos nas penitenciárias.

Sobre a segurança dos agentes, Cartaxo acredita que a situação melhorou e que pode melhorar mais se dispositivos que reduzam o contato com os presos, como a abertura automática de celas, forem adotados. Quando? Não se sabe.

O Sindarspen nega que a segurança tenha aumentado. Segundo a presidente do sin-

dicato, Petruska Niclevisk Svecoski, os dispositivos de segurança aos quais o diretor do Depen-PR se refere ainda são restritos e faltam agentes penitenciários para atenuar a segurança precária das unidades. “Precisamos de pelo menos mais 1,2 mil agentes, mas esse número aumenta a cada dia, porque muitos presos estão vindo das delegacias para as penitenciárias e agentes estão se aposentando”. Atualmente são 3,4 mil efetivos, além de aproximadamente 800 contratados por PSS (Processo Seletivo Simplificado). O Depen-PR informou que pretende chamar 1,2 mil concursados para sanar o problema dos contratos de PSS, mas não disse quando isso deve ocorrer.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

07 OUT 2015

FUTURO PRÓXIMO

Intenção na Sesp é de terceirizar setores do sistema penitenciário

O diretor do Depen-PR, Luiz Alberto Cartaxo Moura, reconhece que há necessidade de substituir agentes penitenciários temporários por concursados, para melhorar o trabalho dos presídios. "O agente PSS, sem medo nenhum de dizer a verdade, ele não tem o preparo necessário. É uma improvisação, um contrato emergencial. Nós não podemos viver de emergência", afirma. Contudo, ele levanta a possibilidade de terceirizar algumas das funções hoje exercidas por agentes e policiais militares. O objetivo é substituir alguns funcionários das atividades meio por terceirizados. "Eu tenho agente penitenciário levantando cancela e anotando placa de carro. Esse é o típico serviço que eu posso adotar uma seleção de pessoal menor, de menor qualificação", explica. Algumas áreas em que haveria substituição seria a portaria e a vigilância nas muralhas – hoje feita pela Polícia Militar. Para a presidente do Sindarspen, Petruska Niclevisk Svier-

coski, isso deve precarizar ainda mais o trabalho do agente penitenciário que está dentro dos presídios.

Ela ainda afirma que isso não aumenta o efetivo, pois substitui profissionais em poucas áreas, uma delas atendida pela PM. "Contrata-se funcionários des-preparados, a um baixo salário e que têm alta rotatividade. Isso prejudica o trabalho dos agentes que estão dentro dos presídios", critica.

Segundo Petruka, isso pode facilitar a entrada de ilícitos nos presídios, por causa do possível despreparo de quem é terceirizado.

Justiça

Além da precarização do trabalho alegada pelo Sindarspen, a contratação de agentes temporários pelo governo estadual já está motivando ações na Justiça. Em setembro último, a **Gazeta do Povo** mostrou que já há uma enxurrada de pelo menos 500 ações de trabalhadores temporários pedindo equiparação salarial com concursados. Se todos os 1,2 mil PSS entrarem com processos nesse sentido, o passivo para o estado pode ser de mais de R\$ 3 milhões.

Obras dependem de aval do Depen Nacional

As obras nas novas penitenciárias e a ampliação das já existentes dependem de um aval do Departamento Penitenciário Nacional. Os trabalhos foram iniciados em 2014 mas paralisados no início de 2015 para mudanças nos projetos. As construções devem aumentar a capacidade do sistema em cerca de 7 mil vagas.

Segundo o diretor do Depen-PR, Luiz Alberto Cartaxo Moura, as alterações foram necessárias porque os projetos previam um número de vagas maior para o regime semiaberto. "A nossa prioridade é o fechado. O emprego das torneleiras modifica esse quadro." Em 2014, o estado contratou cinco mil delas para presos em progressão de pena e aqueles que estão em caráter provisório.

Com as negociações em andamento, Cartaxo acredita que no primeiro semestre de 2016 as construções possam ser retomadas.

São 12 novas unidades penais e oito ampliações dos presídios já existentes. O custo total, segundo o Depen-PR, é de R\$ 180 milhões, maior do que os R\$ 135,2 milhões informados no início deste ano em reportagem da **Gazeta do Povo**. O departamento não detalhou qual o motivo da alteração nos valores.

TRAGÉDIA ANUNCIADA?

O coordenador de Direitos Humanos da OAB em Londrina, advogado Paulo Magno, declarou que as entidades consideraram "uma completa surpresa" a rebelião na PEL II e que nunca haviam recebido reivindicações sobre questões como superlotação, qualidade da comida ou acesso à água na unidade. Já a vereadora Lenir de Assis (PT) disse que a rebelião é "tragédia anunciada" e que a Sesp sabia que a penitenciária de Londrina estava com riscos de rebelião.

CONTINUA

07 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Rebelados fazem 11 reféns em Londrina

Da Redação do Jornal de Londrina

A rebelião deflagrada pelos presos da Unidade II da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II) na manhã de terça-feira (6), no Norte do estado, já dura 12 horas. O motim começou por volta das 10h40, durante o banho de sol, e até o fechamento desta edição não havia terminado.

Os detentos, segundo informações não confirmadas oficialmente, pedem melhorias nas condições do presídio e providências quanto à superlotação. Eles fizeram outros 11 presos reféns.

O diretor do Depen-PR, Luiz Alberto Cartaxo Moura, chegou na tarde de terça (6) para iniciar as negociações com os rebelados, juntamente com o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina, Katsujo Nakadomari.

Pelo menos cinco presos do seguro — ala onde ficam os detentos que cumprem pena por crimes sexuais — estariam entre os reféns. Du-

rante o dia, por várias vezes, eles foram ameaçados, no telhado da unidade, com faca, e agredidos.

Clima tenso

Ainda segundo a PM, dois detentos que estavam com medo dos rebelados ficaram feridos ao saltarem de uma área para fugir, mas foram levados para o hospital e estão bem.

Uma faixa com a sigla PCC, da facção criminosa Primeiro Comando da Capital, foi estendida no telhado.

Em um dos pontos da penitenciária, detentos em rebelião quebraram todos os vidros de uma das guaritas de vigilância.

Em alguns momentos, fumaça saiu pelas janelas da unidade, o que indica que os detentos incendiaram, possivelmente, colchões e outros pertences.

Capacidade

O presídio está com mais de 1,2 mil presos em um espaço que comporta apenas 928. Há um ano, a Vara de Execuções Penais confirmou ao *Jornal de Londrina* que a unidade já estava operando acima da capacidade — em setembro de 2014 eram 1.150 presos na PEL II.

04 OUT 2015

GAZETA DO PARANÁ

TJ-PR: ampla 'reforma' no Judiciário estadual

Em entrevista à Gazeta do Paraná, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos detalhou os principais planos, programas, ações e metas que pretende executar nos seus dois anos de mandato frente ao TJ-PR

● O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, que comanda o TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) desde fevereiro deste ano, implementou o maior programa de obras já levado a efeito no Judiciário estadual, além de amplas reformas no funcionamento do Poder. Mesclando os conhecimentos de Administrador de Empresas com os de operador do Direito, ele trouxe para o exercício do cargo uma proposta de modernização. “Quando se é candidato a um cargo eletivo é fundamental que se crie um plano de ação e metas a serem desenvolvidas ao longo do mandato que, no caso do presidente do TJ, é de dois anos. Tomei posse em fevereiro de 2015 e desde então vimos implantando uma filosofia de trabalho que contemple a eficácia dos serviços à sociedade”. Vasconcelos confirmou ainda que assumiu compromisso em “dar seguimento mais célere ao pedido de instalação de uma Vara para o Tribunal do Júri de Cascavel.



04 OUT 2015

GAZETA DO PARANÁ

Moderni zação

**Paulo Roberto Vasconcelos,
presidente do Tribunal de Justiça do Paraná
desde fevereiro deste ano, acelera
ritmo de obras do Judiciário estadual**

Com obras na capital e no interior, TJ-PR quer uma Justiça mais ágil, moderna e eficaz

No cargo há apenas 8 meses, certamente já se pode dizer sem medo de errar que a gestão do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná já entrou para a história. Leva a assinatura dele o maior programa de obras já levado a efeito no Judiciário estadual, além de amplas reformas no funcionamento do Poder. Mesclando os conhecimentos de Administrador de Empresas com os de operador do Direito, ele trouxe para o exercício do cargo a proposta inovadora de modernização. Mineiro de Santo Thomaz de Aquino, Vasconcelos formou-se em Administração

de Empresas em 1973 pela Universidade Federal do Paraná e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1975. Juiz substituto em 1984, juiz de Direito titular de 1986 a 1989, em 1996 removido para o cargo de Juiz Substituto de segundo grau, em 2002 promovido a juiz de Alçada e três anos depois alçado a condição de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Nesta entrevista à Gazeta do Paraná, o desembargador Paulo conta quais são os principais planos, programas, ações e metas que pretende executar e implantar durante o seu mandato. Acompanhe a entrevista a seguir.

Os Juizados Especiais estão comemorando duas décadas de criação. Qual a avaliação dessa iniciativa?

É motivo de júbilo o transcurso dos 20 anos de criação dos Tribunais Especiais, porque, além de agilizar o atendimento judiciário, tanto na área criminal quanto na área civil, trouxe um grande avanço para a Justiça brasileira porque atinge um universo de pessoas que precisa mais da ação do Judiciário

que são aqueles com pequenas causas em ações que chegam a 40 salários mínimos. Esse valor deve subir para 60 salários, significando dizer que o trabalho vai aumentar, demandando a alocação de mais juizes e criação de mais postos de Juizados

Está em execução o maior programa de obras da história do Poder Judiciário do Paraná.

Especiais. O Tribunal de Justiça do Paraná já se prepara para redimensionar a estrutura dos Juizados Especiais, na procura sempre de oferecer um atendimento cada vez melhor nessa área da sua atuação.

CONTINUA

Uma das suas primeiras ações ao assumir o comando do Judiciário paranaense foi adotar medidas de racionalização e modernização dos serviços em prol da economia e da agilização na prestação dos serviços. Como isso vem sendo aplicado?

Certamente. Quando se é candidato a um cargo eletivo é fundamental que se crie um plano de ação e metas a serem desenvolvidas ao longo do mandato que, no caso do presidente do TJ, é de dois anos. Tomei posse em fevereiro de 2015 e desde então vimos implantando uma filosofia de trabalho que contemple a eficácia dos serviços à sociedade. Por outro lado, uma das principais metas da nossa gestão é a construção de novos espaços físicos, principalmente em Curitiba que estava abandonada na área judiciária, carente de Fórum Cível, não dispunha de Fórum Criminal adequado, hoje funcionando de maneira precária em instalações de um prédio de propriedade de um banco particular, que já nos pediu o espaço de volta. Então, estamos debruçados na concretização de obras para o Centro Administrativo, do Centro Judiciário do Ahu, com Fórum Criminal e Juizados Especiais, do prédio Data Center, além de previsão de obras de engenharia também para o Fórum Cível e no Centro de Custódia da Capital, que já foi implantado e será inaugurado em breve.

E as obras também se estendem para o interior?

Sem dúvida. Muitas delas já estão em pleno andamento, como por exemplo em Pato Branco, em Cambé, São Miguel Iguçu, Foz do Iguçu (que terá ampliação do atual Fórum e construção de uma nova unidade), Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, entre outras obras de igual importância. Então, estamos atuando fortemente na concretização de uma grande quantidade de obras físicas absolutamente necessárias para bem abrigar os serviços judiciários. São várias obras de engenharia, entre reformas, ampliação, novas

construções, tanto na capital quanto em inúmeras cidades do interior, que vão ficar registradas como um marco na história do Tribunal de Justiça do Paraná. **O Palácio de Justiça, construído há mais de 50 anos, pela primeira vez está sendo reformado e adequado às novas realidades da Justiça paranaense, mais uma meta da sua gestão?**

É verdade. Realizamos uma licitação pública, vencida por uma empresa de engenharia que iniciou suas atividades em Cascavel, a Sial, e as obras já estão em pleno desenvolvimento. Esperamos inaugurar essas melhorias em maio do ano que vem, oferecendo maior conforto e melhores condições de trabalho para os servidores do Judiciário paranaense, inclusive centralizando a ação dos 120 desembargadores e boa parte dos 14 mil funcionários do Poder Judiciário de Estado, entre efetivos, estagiários e terceirizados. Vale dizer que nesta obra de reforma está prevista a construção de um amplo e confortável restaurante na esplanada do prédio anexo, capacitado a oferecer cerca de 800 refeições por turno. O restaurante é um pleito antigo que vem de encontro aos anseios de um espaço de alimentação no ambiente de trabalho.

Com este volume de obras, certamente os custos também elevados, não são?

Realmente os gastos são grandes, mas estamos aplicando recursos que são frutos de boas administrações anteriores, as quais geraram economia de recursos, um resultado financeiro positivo que, adicionado aos recursos existentes no Funrejus (Fundo de Reequipamento da Justiça, possibilitam o custeio integral da totalidade dos investimentos nas construções, sem qualquer operação de crédito. Para essas realizações, não contamos com o dinheiro orçamentário que é repassado mensalmente pelo Governo do Estado para atender as necessidades básicas do Poder Judiciário. Esses recursos são tão ínfimos, que hoje mal conseguimos com eles pagar a folha de pessoal.

O senhor também se preocupa com economia nos gastos, racionalização das atividades e modernização dos serviços de forma a evitar desperdício de dinheiro público.

Sim. A gestão pública, em especial, tem que tomar cuidados especiais ao administrar despesas, promovendo a racionalização dos serviços, a economia de recursos. Sou também formado em Administração de Empresas e como profissional dessa área essa condição me fornece embasamento técnico para formular planos e planejamento capaz de promover reformas administrativas. Estamos mudando muita coisa na administração interna do Tribunal, modernizando o Judiciário, investindo na reestruturação administrativa, reorganizando departamentos, promovendo a divisão dos serviços internos, conclamando os desembargadores a participarem dessa tarefa na qualidade de supervisores. Assim, todos estarão apoiando a gestão e os resultados aparecem rapidamente.

Em Curitiba já existe o Centro de Custódia. Quando esse serviço será estendido ao interior?

Na Capital funciona provisoriamente, mas em 90 dias estará atuando no seu espaço próprio. No interior, Londrina foi o primeiro município a receber mais este avanço da Justiça, implantado na cidade no dia 30 de setembro passado. A próxima deverá ser Maringá, mas não existe um cronograma fixo até porque o próprio Juiz de Direito pode tomar providências para instalar a Custódia na sua área de atuação, em atendimento a determinações do Supremo Tribunal Federal.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Com relação à mediação e conciliação de conflitos, fatos novos dentro do Judiciário brasileiro, essas ações também fazem parte das preocupações da sua gestão?

Certamente. Dentro da nossa estrutura a segunda vice-presidência é quem tem a missão de desenvolver os trabalhos de conciliação em primeiro e segundo graus, esse no caso de recursos. Esses serviços já estão implantados em alguns bairros de Curitiba. Os mediadores fazem esse serviço de forma gratuita para o Tribunal de Justiça. Em muitos casos, são desembargadores aposentados que querem continuar prestando serviços à Justiça. Nos casos de conciliação, são convocadas várias empresas e reclamantes, sempre no sentido de proporcionar uma solução mais rápida para os conflitos, desafogando os meios tradicionais de Justiça.

Recentemente, o senhor recebeu em audiência uma comitiva de autoridades de Cascavel, liderada pelo prefeito Edgar Bueno, que trouxeram o pleito de instalação de mais uma Vara na Comarca para aliviar o volume de processos em andamento. Qual a expectativa de atendimento da reivindicação?

Assumi compromisso no sentido de dar seguimento mais célere ao pedido de instalação de uma Vara para o Tribunal do Júri de Cascavel, pleito esse que já é antigo e não havia prosperado no âmbito do Tribunal de Justiça. Imediatamente, entrei em contato com o relator do processo e determinei agilização, tanto que no dia 29 de setembro último reuni a Comissão de Organização e Divisão Judiciária, composta por vários desembargadores, e manifestei minha aquiescência à instalação da Vara com pedido de um parecer da Corregedoria com o fim de iniciar fisicamente o atendimento da justa reivindicação. Uma vez aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, será elaborado um projeto de lei nesse sentido para a necessária votação pela Assembleia Legislativa.

Com relação a investimentos em tecnologia da informação e comunicação, quais seriam as principais metas determinadas pela sua gestão?

Não resta dúvida de que é necessário estarmos atentos a essas questões. Como todos sabem, a era moderna exige efetivamente a implantação do sistema eletrônico em todos os setores da administração pública ou privada. Não há como escapar dessa realidade. O Departamento de Informática do Tribunal de Justiça do Paraná é um exemplo para todo o Brasil, referência para o próprio Conselho Nacional de Justiça. Doravante, todos os processos já nascem eletronicamente.

Inclusive precatórios?

Inclusive precatórios, que hoje no Paraná já somam 8.067 processos. Para que se tenha uma ideia, de uns dois meses para cá, a Central de Precatórios, unidade subordinada diretamente ao Gabinete da Presidência do TJ, iniciou a implantação do que chamamos de “precatório eletrônico”, isto é, aquele volume de papel representado por centenas de folhas acabou naquele momento. Está tudo pronto para ser julgado eletronicamente daqui para frente.

DADOS

1

• O TJ vai reestruturar os Juizados Especiais como forma de sempre oferecer melhor qualidade de serviços aos usuários

2

• Uma das principais metas é a construção, reforma e ampliação dos espaços físicos que abrigam serviços judiciários.

3

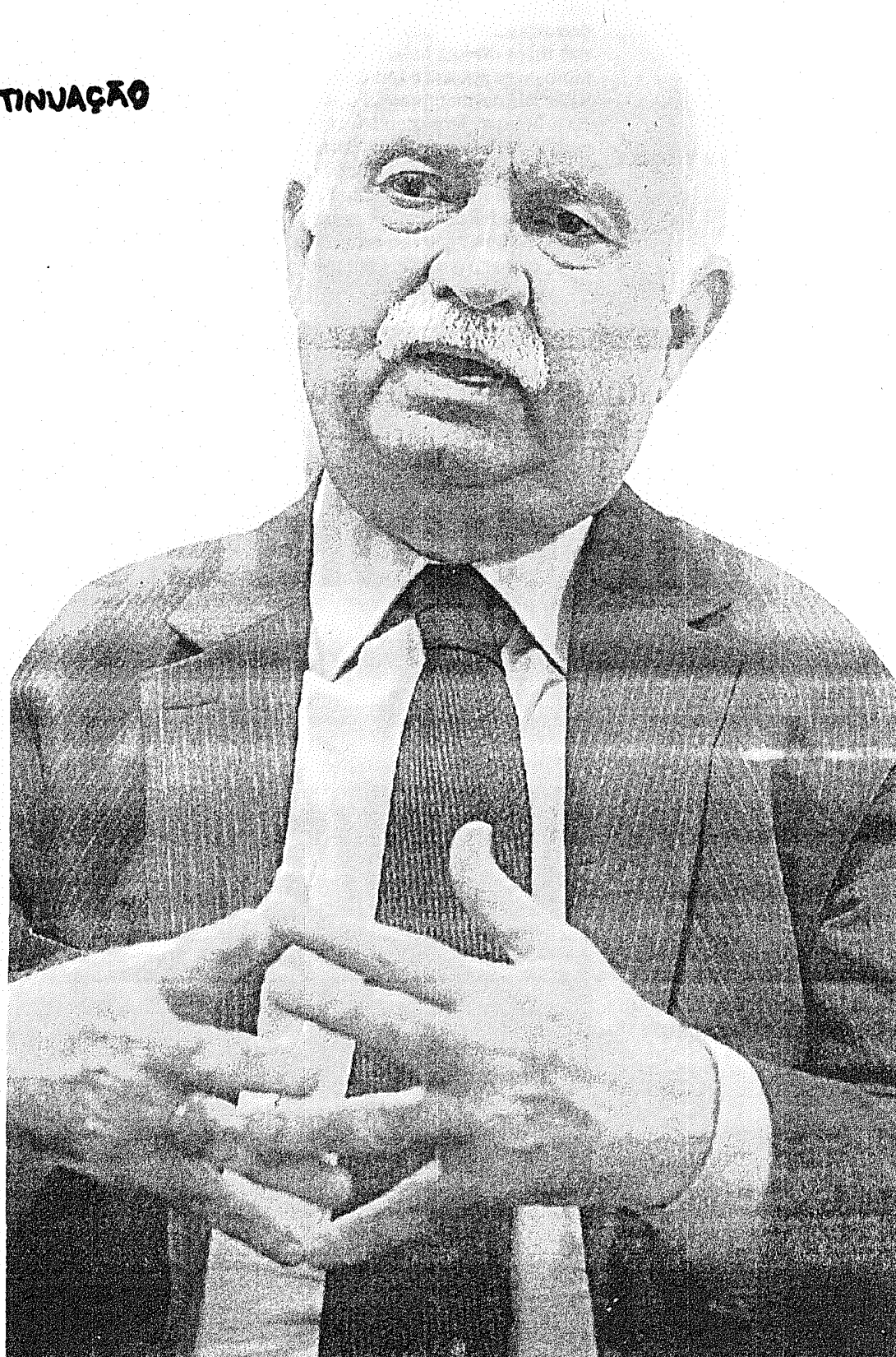
• Depois de mais de 50 anos da construção, o edifício do Palácio da Justiça em Curitiba passa pela primeira reforma da sua longa história

Especial para Gazeta do Paraná
LINEU ARAÚJO LIMA

CONTINUA

GAZETA DO PARANÁ 04 OUT 2015

CONTINUAÇÃO



07 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

MARCOS ANTONIO DE ARRUDA

Os 20 anos dos Juizados especiais cíveis e criminais

Marcos Antonio de Arruda

Um das grandes contribuições para a justiça brasileira foi a criação da lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995, que instituiu e regulamentou o funcionamento dos Juizados especiais, cíveis e criminais. No ano em que completa 20 anos, poderíamos ressaltar como grande avanço o acesso do cidadão mais simples e sem poder aquisitivo para pagar um advogado, em ações de até 20 salários mínimos, e os princípios que regem essa lei (como aponta o artigo 2º): o processo se orientará pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Um marco para a Justiça que viu a necessidade de abrir as portas para uma camada da população que não tinha acesso ao Judiciário. Segundo o Placar da Justiça, estamos chegando à marca de 106 milhões de processos em tramitação em todas as esferas do Judiciário. A cada 5 segundos surge uma nova ação.

Isso pode parecer um desleixo da parte do Judiciário, que não dá conta de julgar todas essas ações e o número cresce a cada dia. Mas isso não é verdade. No "Estudo comparado sobre recursos humanos, litigiosidade e produtividade: a prestação jurisdicional no contexto internacional", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2011, os magistrados brasileiros estão entre os que mais produzem no mundo e aparecem em 3º lugar em um ranking de produtividade composto por 42 países.

A causa desse grande número de ações na Justiça não pode ser vista apenas sob um aspecto minimalista, mas é preciso analisar um outro fator. O início de qualquer ação na Justiça é decorrente da criação de uma lei. Quando se cria uma lei, abre-se as portas do Judiciário para resolver conflitos e é isso que ocorre quando a legislação não é respeitada.

Dentre as leis criadas, destacamos a nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o tão conhecido Código de Defesa do Consumidor (CDC). Com essa lei, abriu-se o leque do entendimento dos direitos do consumidor. Com ela, o cidadão passou a exigir os seus direitos e, com isso, a cobrança desses direitos no âmbito do Judiciário.

Não podemos culpar as leis pelo aumento das ações judiciais, mas são a partir delas que as demandas passam a poder existir. Assim, podemos observar que grandes multinacionais da área de telefonia, bancos, rede de lojas, entre tantas outras, ao estimularem a venda de produtos e serviços, contribuíram para aumentar o número de reclamações motivado pelo desrespeito com o consumidor.

Os Juizados especiais têm que se adaptar a essas novas realidades, usando o mesmo critério base da sua criação, como oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. E nesse aspecto, e com a iniciativa da ministra do Superior Tribunal de Justiça e corregedora nacional da Justiça, Nancy Andrighi, o Conselho Nacional de Jus-

tiça criou O Programa Nacional "Redescobrimdo os Juizados Especiais". Segundo a ministra, a iniciativa "visa incentivar os juizes a redescobrir a lei 9.099/95, retomando o ideal de evitar na Justiça Especial os embaraços processuais vivenciados nos processos da Justiça tradicional".

E motivado por esse espírito de redescobrimto, durante todo o mês de setembro os Juizados especiais de todo o Brasil ampliaram os atendimentos aos cidadãos através de mutirões de conciliação, instrução e julgamento. A iniciativa colaborou para reduzir o número de processos e para agilizar as ações através do princípio da celeridade.

MARCOS ANTONIO DE ARRUDA é acadêmico de Direito e conciliador no Juizado Especial no Fórum de Cornélio Procópio

“

Um marco para a Justiça que viu a necessidade de abrir as portas para uma camada da população que não tinha acesso ao Judiciário

07 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

Rebelião e violência

Depois de violentas rebeliões registradas no ano passado no Paraná, ontem presos da Penitenciária Estadual de Londrina 2 iniciaram motim. A cada ato desses, o que se vê são cenas chocantes de agressões e ameaças contra a vida de outros detentos. Com capacidade para 960 presos, o local abrigava ontem 1.140. No entanto, os presos reclamavam da qualidade da alimentação e do racionamento de água que teria sido imposto por agentes.

É a terceira rebelião registrada neste ano – número bem abaixo do ano passado, quando foram registrados 24 motins. A ação mais violenta ocorreu em Cascavel. Em 45 horas de duração, cinco presos foram mortos, sendo dois decapitados e dois jogados do telhado, além de 25 feridos, e 80% da estrutura foi destruída. No entanto, a cada motim registrado nas cadeias do Paraná fica ressaltada a “chaga” do sistema carcerário.

O problema não é exclusivo e se repete em praticamente todo o País. No geral constata-se que a superlotação acaba por expor esses detentos a condições subhumanas. O Estado tem que garantir o mínimo de dignidade enquanto essas pessoas cumprem suas penas. O sistema carcerário tem que ser humanizado, o foco tem que estar na ressocialização. Da maneira com que são submetidos, o Estado não cumpre o seu papel. As cadeias têm que deixar de funcionar como “escolas” para criminosos.

Além disso, essa situação é reflexo da falta de investimentos dos governos no sistema carcerário. Nos últimos anos, o número de detentos aumentou exponencialmente, enquanto o orçamento não cresceu na mesma proporção. Se faltam recursos para a saúde e educação, para os presídios o orçamento é ainda mais escasso. A superlotação é problema crônico e, por isso, é urgente a implementação de penas alternativas à privação de liberdade. Além disso, é preciso conhecer exemplos bem-sucedidos de outros países que possam ser adaptados aos padrões brasileiros.

Atualmente, o Brasil detém o terceiro maior número de presos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. No total seriam mais de 700 mil pessoas, incluindo as que cumprem prisão domiciliar. Não há como construir presídios para esse batalhão. É urgente a adoção de novos modelos.

07 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF nega pedido para tirar Moro de investigações

Márcio Falcao

Folhapress

Brasília - O Supremo Tribunal Federal negou ontem um pedido da defesa de executivos da empreiteira OAS para que o tribunal tirasse das mãos do juiz federal no Paraná Sérgio Moro investigações do esquema de corrupção da Petrobras. A decisão foi tomada pela 2ª turma do STF e confirmou entendimento do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF. A OAS alegava que os fatos investigados por Moro apontando a existência de um cartel já eram alvos de análise em inquérito aberto no STF para investigar a atuação de uma organização criminosa que desviou recursos da estatal e haveria usurpação de competência do STF. A empreiteira requeria que o caso ficasse sob os cuidados do Supremo. Zavascki argumentou que o STF, no início das investigações, fez uma divisão do processo, estabelecendo que fatos do esquema de corrupção da Petrobras que não tivessem relação com parlamentares seriam concentrados pela Justiça do Paraná.

THIAGO NASSIF

Lançamento

O advogado e professor Walter Barbosa Bittar lança amanhã o livro "A Punibilidade no Direito Penal". O evento, com sessão de autógrafos, está agendado para às 18h30 na OAB de Londrina. O livro trata de problemas atuais do Direito Penal, tais como a natureza jurídica da Delação Premiada, das causas de extinção da punibilidade e das causas pessoais de exclusão da pena.

FOLHA DE LONDRINA

TSB abre ação de impugnação de mandato de Dilma Rousseff

Beatriz Bulla e
Gustavo Aguiar
Agência Estado

07 OUT 2015

Brasília - Por cinco votos a dois, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem abrir a ação de impugnação de mandato da presidente Dilma Rousseff, que pode casar o diploma da petista e também do vice-presidente da República, Michel Temer. Desde agosto, quando o julgamento foi paralisado por um pedido de vista, a Corte já possuía maioria formada para abrir a apuração. A partir de agora, a Justiça Eleitoral pode colher provas que entender necessárias sobre o caso.

A partir de agora, caberá ao presidente da Corte, Dias Toffoli, decidir quem irá conduzir a ação, que pode ser encaminhada ao ministro Gilmar Mendes, que tem feito críticas duras ao governo e ao suposto recebimento de dinheiro oriundo do esquema de corrupção na Petrobras para a campanha petista.

Votaram na noite de ontem os ministros Luciana Lóssio e Toffoli. Ficaram a favor da abertura da ação no TSE os ministros Gilmar Mendes, João Otávio de Noronha - que deixou a composição da Corte na semana passada -, Toffoli, Henrique Neves e Luiz Fux. Apenas as ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio foram contra a continuidade das investigações.

Pela lógica em vigor no Supremo Tribunal Federal (STF), o relator seria o primeiro ministro a apresentar o voto vencedor. No caso, a relatoria seria destinada ao ministro Gilmar Mendes.

07 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governo tenta no STF adiar análise de contas de Dilma

Sessão para julgamento das pedaladas está marcada
para esta quarta-feira

Na prática, Planalto quer ganhar tempo, já que dá como certa uma derrota no julgamento do mérito do caso

MÁRCIO FALCÃO
DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

O governo entrou nesta terça-feira (6) com um pedido para que o STF (Supremo Tribunal Federal) suspenda o julgamento das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, marcado para esta quarta-feira (7) no TCU (Tribunal de Contas da União).

O caso será analisado pelo ministro Luiz Fux. O Planalto espera que o Supremo determine que o TCU, antes de decidir se o relator do caso, ministro Augusto Nardes, está impedido de atuar no processo, analise provas anexadas ao recurso que indicariam suposta parcialidade dele à frente da ação.

Na prática, o Planalto tenta ganhar tempo e adiar a votação no TCU, já que a equipe de Dilma já dá como certa uma derrota no julgamento das contas do governo.

Apesar de avaliar que a rejeição das contas não gera argumento jurídico para abertura de um processo de impeachment, sua equipe sabe que o resultado será usado politicamente pela oposição.

Nardes é acusado pelo governo de parcialidade na condução da ação das contas. Desde segunda (5), o Planalto tenta tirá-lo do caso.

Primeiro, o ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) protocolou no próprio TCU um pedido de afastamento de Nardes do caso. O governo diz que o relator violou normas ao opinar sobre o caso em eventos públicos, demonstrando parcialidade e antecipando seu voto.

Com a indicação de que, mesmo diante do questionamento, o julgamento das contas poderia ser mantido nesta quarta, o governo resolveu recorrer ao STF.

Adams disse à **Folha** que, na avaliação da AGU, o tribunal não pode julgar as contas da presidente antes de analisar a documentação anexada ao pedido protocolado.

“Nós anexamos uma entrevista do senador Lasier Martins (PDT-RS), agora em setembro, na qual ele diz que esteve com o relator Augusto Nardes e ele teria revelado sua decisão de rejeitar as contas da presidente”, disse.

O ministro afirmou que o governo quer que o tribunal, antes de decidir sobre a suspeição de Nardes, ouça órgãos de imprensa que publicaram a informação e até o senador sobre o caso.

Lasier Martins teria dito que “o relator Augusto Nardes me revelou total convicção de que as contas do governo Dilma relativas a 2014 serão rejeitadas devido ao cometimento de, ao menos, 13 infrações relativas à retenção de repasses do governo a instituições financeiras”.

A AGU argumenta que o Código de Processo Civil é aplicável ao TCU, o que garante que o mérito da ação não pode ser apreciado diante das suspeitas levantadas contra o relator.

“As manifestações do relator não constituem declarações genéricas. Ao contrário, manifesta opinião concreta sobre o processo de contas da presidente da República, ainda pendente de apreciação. Referida conduta é ilegal e acarreta a suspeição do ministro”, diz o pedido protocolado pelo governo.

Nardes classificou a ação no STF de é mais uma “manobra protelatória”.

Em seu parecer, ele apontou 12 irregularidades que o governo teria praticado em 2014, contrariando a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária. A tendência do TCU é recomendar ao Congresso, pela primeira vez em 80 anos, a rejeição das contas de um presidente da República.

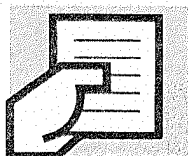
CONTINUA

CONTINUAÇÃO O QUE ESTÁ EM JOGO

07 OUT 2015

TCU vai julgar contas do governo; eventual rejeição pode abrir caminho para o impeachment de Dilma

Os problemas são considerados tão graves pelos auditores do TCU que o mais provável é que a reprovação seja unânime, apesar de o governo ter pressionado ministros para que ao menos um deles aceite os argumentos da presidente.



O Processo

TCU marcou o julgamento para esta quarta (7), mas governo pediu afastamento do relator do caso, ministro Augusto Nardes, e entrou com pedido no STF para suspender a sessão. A tendência é que o tribunal rejeite o balanço do governo Dilma

AS PRINCIPAIS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCU

O que diz o TCU

A Caixa Econômica Federal pagou **R\$ 7 bi** em benefícios do programa em 2014, sem receber do governo os recursos para isso. A prática é vedada por lei

O governo **atrasou repasses** ao BNDES para cobertura dos subsídios do Programa de Sustentação do Investimento, o que configura empréstimo irregular

O governo usou **R\$ 1,4 bi do FGTS** para cobrir despesas do programa, contabilizados irregularmente como dívida de curto prazo e pagos pelo governo sem previsão orçamentária

Em novembro de 2014, o governo viu que arrecadaria **R\$ 28,5 bi a menos** do que o previsto. Para manter sua meta fiscal, a presidente deveria ter cortado despesas

O governo **editou decretos aumentando despesas** em novembro quando não havia sobra no Orçamento. Isso só pode ser feito com autorização do Congresso

Em fevereiro, o governo foi informado que **precisaria de mais R\$ 9,2 bi** para pagar o benefício. O governo teria que ter cortado outros gastos, mas fez o oposto: aumentou

Empresas estatais, incluindo Petrobras e Eletrobras, realizaram **investimentos superiores ao que estava previsto** no Orçamento

O que diz o governo

Bolsa Família



Admite os atrasos, mas diz que isso ocorria em outros governos e que o contrato com a Caixa prevê pagamento de juros nessas situações

BNDES



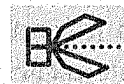
As portarias do Ministério da Fazenda que regulamentaram o programa permitem pagar os subsídios 24 meses após os empréstimos do PSI

Minha Casa, Minha Vida



A lei autoriza o FGTS a cobrir as subvenções do Minha Casa, Minha Vida e autoriza seu ressarcimento pelo governo. Não houve irregularidade

Contingenciamento de gastos



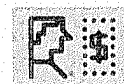
Proposta para reduzir a meta fiscal estava no Congresso. Não fazia sentido cortar despesas, prejudicando a economia, se a meta seria revista em breve

Crédito suplementar



Esse tipo de decreto é corriqueiro na administração federal e o Congresso autorizou no fim do ano o aumento do limite de gastos

Seguro desemprego



Havia previsão de mudança das regras do seguro desemprego e, por isso, não haveria como prever deficit no início do ano

Investimentos



As estatais funcionam como empresas privadas, com autonomia para investir com recursos próprios

O QUE OCORRE APÓS O JULGAMENTO

1 Encaminhamento
A decisão do tribunal, aprovando ou rejeitando as contas, segue para análise e votação no Congresso

2 Congresso
A palavra final é dos parlamentares, que podem ou não acatar a decisão do TCU. Não há prazo para isso —ainda há contas de ex-presidentes pendentes

3 Consequências
Uma eventual reprovação das contas de Dilma no Congresso pode abrir caminho para a deflagração de um processo de impeachment

07 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF nega pedido da OAS para que Moro não julgue processo

DE BRASÍLIA - O STF (Supremo Tribunal Federal) negou nesta terça (6) um pedido da defesa de executivos da empreiteira OAS para que o tribunal tirasse do juiz Sergio Moro as investigações do esquema de corrupção da Petrobras referentes à atuação da empresa.

A OAS alegava que os fatos investigados por Moro, apontando a existência de um cartel, já eram alvos de análise em inquérito aberto no STF e, assim, haveria usurpação de competência. A empreiteira pediu que o caso ficasse sob os cuidados do tribunal.

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, argumentou que o tribunal, no início das investigações, fez uma divisão do processo, estabelecendo que fatos do esquema de corrupção da Petrobras que não tivessem relação com parlamentares seriam concentrados pela Justiça do Paraná.

“O que eu demonstro no meu voto é que, embora os fatos investigados relacionem-se ao inquérito [no STF] [...] isso realmente tem conexão com muitos outros fatos isolados que foram desmembrados.”

MÔNICA BERGAMO

CURTO-CIRCUITO

O juiz Jayme de Oliveira, presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), recebe hoje o título de Cidadão Paulistano, às 19h, na Câmara Municipal.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello toma posse como presidente do Instituto UniCEUB de Cidadania, hoje, em Brasília.

07 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

RACHEL SERIA HOJE UMA
BELA ADOLESCENTE

E NADA SOBRE ESSE ANJO



Faz 7 anos que o corpo da menina foi encontrado dentro de uma mala na rodoviária e o caso não tem uma pista. Enquanto sofre com a dor, a mãe **Maria Cristina** ainda tem esperança de encontrar o monstro assassino. E atira: "O caso foi abandonado pela polícia".

07 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ SEM SOLUÇÃO!

A Polícia não desvendou a morte da menina Rachel e o caso foi para escanteio

Edilson Pereira
edilson@tribunadoparana.com.br

A adolescência é uma fase da vida terrível para Maria Cristina Lobo de Oliveira, pedagoga de 34 anos que mora em Vila Guaira e trabalha num setor administrativo de uma unidade de Saúde da Prefeitura de Curitiba, no bairro Fazendinha. Toda vez que vê uma adolescente sorrindo para a vida, Maria Cristina recorda que a filha Rachel Maria Lobo Oliveira Genofre estaria hoje com 16 anos se estivesse viva. Rachel, nascida no dia 8 de fevereiro de 1999, morreu de forma cruel entre 20 e 24 horas do dia 3 de novembro de 2008, após desaparecer por volta das 17h30 na saída das aulas do Instituto Estadual de Educação do Paraná, onde ela cursava o 4º ano do ensino fundamental. Ela foi vista pela última vez às 17h30 na Rua Voluntários da Pátria, nas proximidades da Praça Rui Barbosa.

A vida de Rachel foi interrompida bruscamente. “Eu recordo que no domingo antes da segunda-feira em que ela desapareceu, ela estava pulando, brincando na frente de casa. Depois nós fomos à casa da minha irmã Maria

Carolina e ela chegou gritando: Tia Carol! A última imagem que eu tenho de minha filha é a de que na segunda-feira eu me levantei logo de manhã, fui até o beliche e dei um beijo nela, abracei e fui trabalhar. Ela ficava em casa com o avô, que é o meu pai”, conta Maria Cristina. Rachel não voltou para casa naquele dia. “Procurei nos hospitais, liguei para a polícia, liguei para as emissoras de TV, sai com a foto dela procurando nos pontos de ônibus, solicitei ajuda”, diz ela. E nada.

O corpo da menina foi achado sem vida no interior de uma mala às 2h30 da madrugada de quarta-feira, por dois índios assustados, que encontraram a mala entre seus pertences, embaixo de uma escada no interior do terminal. Rachel estava morta, com o corpo seminu e apresentando sinais de violência sexual. “Quem me deu a notícia foi o meu pai, Valfrido Cordeiro de Oliveira Junior, que entrou chorando no quarto”, conta Maria Cristina. Ninguém sabe como a mala foi parar na Rodoferroviária. As câmeras de vigilância interna não estavam funcionando. Os índios chamaram um fiscal da Urbs, que abriu a mala e encontrou o corpo enrolado em lençóis

e sacos plásticos. O fiscal chamou a Polícia Militar, que chamou o IML.

O certo é que havia um crime, havia um corpo e havia uma polícia. Mas o crime nunca foi solucionado. “Eu tive que tomar medicamentos para passar os dias”, conta a mãe de Rachel. E a investigação era conduzida no escuro, sem que a polícia soubesse por onde começar. Foram feitos vários exames de DNA. Até o pai da menina, Michael Genofre, de quem Maria Cristina estava separada à época do crime, foi apontado por uma denúncia anônima como suspeito. “Ele ficou assustado. Nós nos encontramos na delegacia. Esta foi a penúltima vez que eu o vi. Encontrei-o uma outra vez na rua e nos cumprimentamos. Não sei se ainda mora em Curitiba”, diz a mãe de Rachel. Os exames de DNA do sangue encontrado no corpo da menina e os do pai dela e de outros suspeitos deram negativo. E o crime entrou para os anais da polícia paranaense como mais um dos inúmeros casos sem solução.

Maria Cristina tem um diagnóstico para as dificuldades encontradas pela polícia para encontrar o assassino. “Eu acho que não descobriram por erros. A polícia errou muito, de quando a mala foi encontrada, até a realização da autópsia. Trocaram o saco em que ela foi colocada por outro no qual ela foi levada para o IML. Não fizeram exames no estômago para saber onde ela fez a última refeição, se foi na escola ou em outro lugar. Não fizeram nada disso. O lugar não foi preservado. Muita gente mexeu naquela mala, misturando as digitais com as do assassino”, lamenta a mãe da garota.

**RAQUEL ESTAVA
MORTA, COM SINAIS
DE VIOLÊNCIA
SEXUAL**

CONTINUA

07 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

UM DIA CRUEL

"Querida que este dia fosse apagado do calendário"

Edilson Pereira
cril@tribunaonline.com.br

O dia 8 de fevereiro é o mais cruel de cada ano para Maria Cristina Lobo de Oliveira. "Era um dia de festa o dia do aniversário dela. Hoje, neste dia, eu tento me esconder. Queria que este dia fosse apagado do calendário. É muita dor", revela. De Rachel Genofre, a menina que foi arrancada deste mundo aos 9 anos, a mãe guarda a redação premiada pelo seção infantil da Biblioteca Pública. "Eu tenho ainda o troféu de terceiro lugar que ela ganhou em 2007, mas não tenho o de primeiro lugar que ela ganhou em 2008, que desapareceu no dia em que ela foi morta", conta a mãe. Na redação premiada, a aluna do Instituto de Educação do Paraná diz: "Minha família começou em Paranaguá com os tupis-guaranis, eu acho".

Ela soube no dia 31 de outubro que ganhara o concurso de redação da Biblioteca Pública. Foi a sua última alegria. No dia 3 de novembro de 2008 estava morta. Em sua redação

ela deixou uma espécie de testamento: "Só sei que quero que meus próximos parentes tenham o mesmo orgulho de ser índio". Por ironia, foram dois índios que encontraram o corpo dentro da mala deixada na Rodoferroviária. Outra recordação da mãe de Rachel é a fita gravada no telefone. Na fita a garota diz: "Mamãe eu te amo. Mamãe você é linda". "Este é o único registro que eu tenho dela", diz Maria Cristina.

Ao lembrar o caso, Maria Cristina lamenta a sucessão de ações que em vez de solucionar o crime, contribuíram para torná-lo mais obscuro e insolúvel. Como a abordagem com o corpo na mala. "Poderia ter sido cuidado um pouco melhor. A sensação que eu tenho hoje é a de abandono. Não se vê mais trabalho na polícia. O caso está esquecido", diz a mãe da menina que hoje poderia ser uma bela adolescente. E não é por falta de tentativa de obter informações oficiais sobre o desenvolvimento do caso. "No começo deste ano tentei entrar em contato e não me atenderam. Não tem retorno, não tem conversa. Tentei marcar entrevista com o Secretário de Segurança e não

foi possível. Eu não esqueci. E não vou esquecer. Por que as pessoas me perguntam como caso está", diz ela.

No entanto, a sensação que tem é a de que o caso foi abandonado pela polícia em razão das dificuldades de avançar. Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica ter pista que leve ao criminoso.

"Pela polícia e pelo governo o caso foi abandonado. Eles não têm feito nada", diz. Ela sabe que o tempo conspira a favor do assassino: "Hoje em dia sei que está muito mais difícil para resolver o caso. Quanto mais tempo passa, até a nossa memória vai se fragmentando". É cruel, mas, ainda assim, Maria Cristina tem vaga esperança: "Eu acredito que o assassino ainda vai ser descoberto. Eu espero que um dia este monstro apareça. Até para ter a tranquilidade de saber que ele não fará mal a outras crianças como fez à minha filha".

A família de Rachel Genofre processou o estado. Em vez de dinheiro pela morte da menina, pediu a adoção de políticas públicas para evitar que casos semelhantes continuem a acontecer. "Mas o processo foi rejeitado porque pedimos políticas públicas. Não pedimos dinheiro porque a vida de minha filha não tem preço", finalizou ela.

"A vida de
minha filha não
tem preço"

Na fita ela diz:
"Mamãe eu te
amo. Mamãe
você é linda"



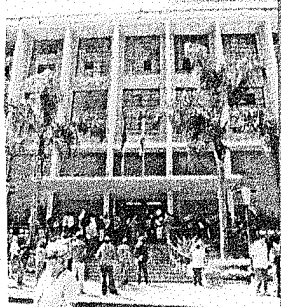
CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

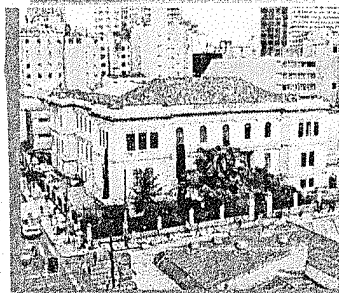
CONTINUAÇÃO

PALCOS DE UMA TRAGÉDIA

07 OUT 2015



Um dos hábitos de Rachel Genofre era ir à Biblioteca Pública do Paraná. A garota gostava de ler e também gostava de escrever. Ela ganhou dois concursos de redação feitos para jovens infantis.



No Instituto Estadual de Educação do Paraná, Rachel Genofre era considerada uma garota alegre e inteligente. A escola fez manifestações de protesto depois da morte da aluna, mas a polícia não conseguiu desvendar o grande mistério: quem foi a psicopata que matou Rachel Genofre?

CRUELDADE

Até hoje é um mistério como a mala foi levada para o interior da Rodoferrviária, abandonada e ninguém observou nada. Desleixo total. 'Se descobrirem que não havia câmeras internas por causa do crime', lamenta a mãe da garota, Maria Cristina.



07 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

NEGOCIANDO

Fomento Paraná e Atlético podem se acertar na discussão da dívida do clube com a instituição

Luiz Ferraz
luizf@tribunadeparana.com.br

O Atlético ganhou vinte dias para, em conjunto com a Fomento Paraná, achar uma alternativa de pagamento da dívida de R\$ 226,1 milhões referente aos contratos de empréstimos tomados na instituição financeira estadual para a reforma da Arena da Baixada e que foi cobrada judicialmente há dois meses pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), do Governo do Estado, gerida pela instituição financeira estadual. Os advogados do clube e do banco estadual pediram a suspensão do processo junto à 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

De acordo com a petição que a **Tribuna** teve acesso, assinada no dia 1º de outubro, o pedido da suspensão do processo por parte dos departamentos jurídicos das partes aconteceu pela perspectiva de acordo entre Atlético e Fomento Paraná. O pedido foi deferido no dia seguinte pelo juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Se o acordo entre as duas partes não ocorresse e o pedido de suspensão do processo não tivesse sido feito na Justiça, o Atlético, que foi acionado judicialmente para pagar a dívida no dia 10 de agosto, teria somente mais 15 dias para embargar o processo. A assessoria de imprensa da Fomento Paraná informou que o

processo está suspenso para que as duas partes possam chegar a uma solução quanto ao pagamento das parcelas do financiamento.

A instituição financeira não fala sobre os contratos com seus clientes e, até o dia 11 de agosto, quando a CAP S/A - sociedade de propósito específico criada para gerir as obras do estádio -, através do seu presidente, Mário Celso Petraglia, foi notificada judicialmente, somente três parcelas do primeiro financiamento obtido em 2012 e duas do segundo contrato, tomado no ano seguinte, haviam sido quitadas pelo clube. A dívida, na ocasião, era de R\$ 14,2 milhões, sem contar os juros e multas.

Por isso, a Fomento Paraná, através do FDE, notificou o Atlético na Justiça e pediu a penhora do CT do Caju, da Arena da Baixada, dos recebíveis do estádio e dos recursos da venda de potencial construtivo cedidos pela Prefeitura de Curitiba para a reforma da Arena da Baixada, conforme garantias dadas pelo clube nos contratos de financiamento. O contrato prevê que, em caso de não pagamento das parcelas, o clube teria que arcar com o valor total dos financiamentos, que chegou a R\$ 226,1 milhões.

07 OUT 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Multa não impede o reconhecimento da extinção da punibilidade

*Jônatas Pirkiel

Apesar da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entender que o não cumprimento da pena pecuniária não impede o reconhecimento da prescrição, diante da alteração do artigo 51 do Código Penal (Lei 9.268/96), que trata a pena pecuniária como dívida de valor, os tribunais de justiça têm manifestado entendimento contrário.

Ao julgar "recurso repetitivo", a Terceira Seção do STJ, definiu a questão, em que foi relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, sob a ótica de que: "...o direito estatal de punir exaure-se ao fim da execução da pena privativa

de liberdade ou da restritiva de direitos, porquanto em nenhum momento engloba a pena de multa, considerada dívida de valor a partir do trânsito em julgado da sentença penal condenatória...". Adotando-se o entendimento que: "...Nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade...."

Neste caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo, havia mantido a decisão de primeiro grau que negara o pedido

de extinção da punibilidade ante a falta de pagamento da pena pecuniária. Desta forma, cumprida a pena privativa de liberdade, ocorrendo o não pagamento da pena pecuniária, deve-se a Fazenda Pública, e não o Ministério Público, promover a execução da multa pecuniária, como débito tributário, não mais implicando em questões de ordem penal.

A decisão da Corte foi unânime, devendo orientar, em face do "recurso repetitivo" as decisões das demais instâncias da Justiça...

*O autor é advogado criminalista
(jonataspirkiel@terra.com.br)

07 OUT 2015

BEMPARANÁ

Direito público em questão

É ilegal a cobrança de água baseada em estimativa de consumo

Em julgamento recente, proferido no Recurso Especial nº 1.513.218/RJ, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que na falta de hidrômetro ou defeito no seu funcionamento, a cobrança pelo fornecimento de água deve ser realizada pela tarifa mínima, sendo vedada a cobrança por estimativa. Isso porque a tarifa deve ser calculada com base no consumo efetivamente medido no hidrômetro, sendo ilegal a tarifa por estimativa de consumo por ensejar enriquecimento ilícito da concessionária pública. Ademais, considerando que é da concessionária o interesse e a obrigação na instalação do hidrômetro, a cobrança no caso de inexistência do equipamento de medição deve ser realizada pela tarifa mínima.

Essa decisão corrobora o entendimento há muito adotado na CORTE DE ORÍGEN, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que consolidou o entendimento em relação à cobrança por estimativa na falta de hidrômetro, por meio da Súmula nº 152/TJRJ, que decreta: *"A cobrança pelo fornecimento de água, na falta de hidrômetro ou defeito no seu funcionamento, deve ser feita pela tarifa mínima, sendo vedada a cobrança por estimativa"*.

Euclides Morais- advogado (euclides@direitopublico.adv.br)

BEMPARANÁ

07 OUT 2015

PAINEL

Redes sociais

Os impactos jurídicos das redes sociais nas relações de trabalho serão debatidos durante palestra promovida pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Paraná, que acontece no dia 14 de outubro, em Curitiba. O assunto será abordado pelos advogados Almir Moreira Neto e Marcelo Wanderley Guimarães, respectivamente, coordenador e diretor da área de Relações de Trabalho em Ação da ABRH-PR. Informações e inscrições: www.abrh-pr.org.br

Ofensa

Ação de dano moral por ofensa a trabalhador divulgada em site de sindicato é competência da Justiça do Trabalho. O entendimento é da 2ª Turma do TST.

Licença

Servidor público tem direito a licença de 30 dias para acompanhar tratamento médico de sua esposa. A decisão é da 6ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

Demora

O servidor nomeado em cargo público, por decisão judicial, não tem direito de receber o pagamento retroativo correspondente ao que deixou de auferir caso tivesse sido empossado no momento certo. A decisão é da Corte Especial do STJ.

Intercenção

Município que decreta intervenção em Santa Casa, para não interromper o fornecimento dos serviços de saúde à população, não é responsável pelo passivo trabalhista da instituição. O entendimento é da 8ª Câmara do TRT da 15ª Região.

Presos

Presos provisórios no Rio de Janeiro não poderão mais ser submetidos à sessão de apresentação à imprensa. A decisão é do presidente do TJ do Rio carioca.

Direito sumular

Súmula nº 510 do STJ - A liberação de veículo retido apenas por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.

JORNAL DO ÔNIBUS

Presos se jogam de muro durante rebelião em Londrina

Pelo menos dez pessoas foram transformadas em reféns



Uma rebelião de presos na unidade Dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II) teve momentos de muita tensão durante esta terça-feira. Horas depois do início da rebelião, dois detentos chegaram a se jogar de um muro na tentativa de escapar da morte certa nas mãos dos amotinados.

Segundo o capitão Marcos Tordoro, da Polícia Militar, os dois presos que tentaram escapar estavam separados dos demais porque estão condenados por crimes de natureza sexual. Estranhamente, os amotinados não apresentaram nenhuma exigência para acabar com a revolta interna na penitenciária.

Ao longo do dia, os rebelados escalaram os telhados da unidade, ameaçaram reféns com facas e armas artesanais, quebraram vidros, colocaram fogo em colchões e tomaram conta de todas as galerias do presídio. Até o fechamento desta edição, o motim ainda não havia terminado. ■

07 OUT 2015

Paraná Portal 07 OUT 2015

RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 6 de outubro de 2015 às
10h16

RB| Justiça

Corregedor da Justiça participa de premiação nacional para cartórios.

O Corregedor da Justiça des. Robson Marques Cury participou no último dia 1º no Rio de Janeiro do evento que concedeu o Prêmio Master de Tecnologia para dois cartórios do Paraná.

Neste prêmio foram escolhidos os Tabelionatos vanguardistas na adoção de ferramentas tecnológica para aprimoramento de seus serviços, por meio de soluções otimizadas para a prestação de serviços à sociedade.

CONTINUA

07 OUT 2015

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO

O Tabelião Luís Flávio Fidelis Gonçalves da Serventia Distrital de Ferraria em Campo Largo/PR foi premiado na modalidade cidade até 50 mil habitantes, e declarou que “foi uma honra receber essa premiação na presença do Corregedor da Justiça, pois demonstra a preocupação do Tribunal do Paraná com o aprimoramento na prestação do serviço notarial”.

Outra serventia premiada foi a do bairro do Portão em CWB, na modalidade cidade com mais de 1 milhão de habitantes.



06 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal mantém liminar para implantar ponto biométrico aos médicos

O juiz federal convocado Leonel Ferreira, da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal (TRF3), negou seguimento a recurso da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (SP) e manteve liminar em ação civil pública para que as unidades de saúde municipais controlem a frequência dos profissionais pelo sistema biométrico, divulguem em lugar próprio dos estabelecimentos e na internet a escala

de trabalho dos médicos e publiquem o provimento judicial em jornal de grande circulação e em meios virtuais.

Para o magistrado, a adoção imediata do controle digital é necessária, pois o perigo de lesão irreparável ou difícil reparação se apresenta com nitidez. A medida visa reduzir os riscos da falta de atendimento, preservando a vida e a integridade dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Prefeitura de São José do Rio Preto sustentava que o Ministério Público Federal (MPF) não tinha legitimidade para propor a ação civil pública e pedia a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o processo. Argumentava também que a fiscalização do comparecimento de médicos e odontólogos ao local de trabalho não integra as atribuições do órgão ministerial.

Plenário poderá votar projeto sobre defesa do usuário de serviços públicos

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar, a partir de terça-feira (6), projeto que cria normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos federais (PL 6953/02, do Senado). Os deputados também vão analisar pedidos de regime de urgência para outros projetos, como o que acaba com o regime de partilha de produção na exploração do pré-sal (PL 6726/13).

A sessão da Câmara ocor-

rerá após a sessão do Congresso Nacional marcada para as 11h30 de terça-feira. O Congresso vai analisar vetos presidenciais, dos quais o mais polêmico é o que barrou o reajuste do Judiciário de até 78,5%.

Serviços públicos

Em julho de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu prazo de 120 dias para o Congresso editar lei sobre defesa do usuário de serviços públicos, em res-

posta a uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Projeto de Lei 6953/02 cria mecanismos de proteção e defesa do usuário desses serviços, explicitando direitos básicos dos cidadãos que valerão inclusive perante a administração direta ou indireta e as entidades às quais o governo federal delegou a sua prestação.

Carlinhos Cachoeira recebe mais uma condenação

A decisão foi proferida pelo juiz federal Carlos Roberto Alves dos Santos, da 11ª Vara da Justiça Federal (JF) de Goiânia, ao julgar denúncia do MPF/GO contra Carlinhos Cachoeira e o então delegado da Polícia Federal (PF) Fernando Antônio Hereda Byron Filho.

De acordo com a sentença, Carlinhos Cachoeira foi con-

denado à pena de três anos de detenção, sem direito ao benefício da substituição da pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direitos, em razão de já haver condenação em outra ação penal. Da decisão cabe recurso.

Em relação ao delegado Fernando Byron, o processo está suspenso, pois, mesmo citado por edital, o réu não

compareceu aos autos.

Entenda o caso – Em fevereiro de 2014, o MPF/GO denunciou o então delegado da PF Fernando Antônio Hereda Byron Filho por prevaricação e, em conjunto com Carlinhos Cachoeira, pelo crime de violação de sigilo funcional, por vazarem informações sigilosas à organização criminosa comandada por Cachoeira.

06 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Banco do Brasil consegue reverter condenação por prática abusiva de seus advogados em ação trabalhista

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu o Banco do Brasil de ter que pagar R\$ 40 mil em danos morais para um ex-gerente pela conduta ofensiva dos advogados da instituição no curso de ação trabalhista em que foi testemunha. Eles teriam usado palavras de baixo calão para ofendê-lo na frente de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

O ex-empregado alega ter sofrido diversas acusações em juízo da equipe de advogados da instituição financeira, como “testemunha de aluguel” e estelionatário, durante audiência em que fora convocado para ser testemunha de um colega. Ainda segundo ele, os advogados teriam forjado documentos falsos em outro processo e feito alegações mentirosas que ofenderiam a sua honra, sem comprovação do alegado, inclusive lhe imputando crimes.

Para a 6ª Vara do Trabalho de Salvador, que condenou o BB a pagar R\$ 40 mil de indenização ao ex-gerente, ficou claro o abuso da instituição por meio de seus advogados. “As palavras e declarações apontadas pelo autor ultrapassam a zona imune de atuação do advogado, beirando a má-fé e invadindo a esfera moral do autor.”, declarou.

A condenação foi mantida pelo TRT 5ª Região, que entendeu que banco, por meio de seus advogados, levou informação falsa ao Juízo, com o escopo de desvirtuar a verdade dos fatos e das alegações do trabalhador, sem respaldo em fatos concretos”, enfatizaram.

Em sua defesa, o banco apresentou recurso de revista ao TST sustentando que seria indevida a condenação em danos morais decorrente da atuação de seus advogados, ainda que tais profissionais figurem como empregados da empresa.